

Trabalho Infantil / Child Labor

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.57>

Isabel Jijón

Princeton University, United States of America

Trabalho Infantil

A expressão trabalho infantil abarca uma grande variedade de atividades econômicas feitas pelas crianças. Inclui o trabalho em pequenas quintas e o trabalho em grandes plantações, a venda em mercados públicos e a limpeza de casas privadas, a venda nas ruas e a labuta dentro de fábricas, o ajudar nos negócios de família e o trabalho nas minas. Dado este leque, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tentou criar uma definição estandardizada de trabalho infantil. Nem todas as formas de emprego se inserem nesta categoria, apenas o trabalho que prejudica a saúde, a segurança, o desenvolvimento e a moral das crianças (OIT, 2017, pp. 20-21).

A OIT define o trabalho infantil por oposição ao trabalho leve. Como a Figura 1 mostra, esta distinção legal e moral depende da idade da criança e do tipo de trabalho envolvido. Para a OIT, o trabalho infantil é trabalho feito por crianças com menos de 14 ou 15 anos, em nações “desenvolvidas”. É também qualquer forma de trabalho que seja perigosa, como trabalhar à noite, durante muitas horas, envolvendo cargas pesadas ou maquinaria perigosa, ou trabalho subterrâneo, debaixo de água, em espaços confinados ou em alturas perigosas. A OIT especifica e proíbe “as piores formas de trabalho infantil”, que incluem a escravidão, o trabalho forçado, os conflitos armados, a prostituição, a pornografia e o tráfico de drogas. A OIT estabeleceu esta definição nas suas Convenções n.º 138 e 139.

Idade das Crianças	18				
	14				
	12				
		Trabalho ligeiro	Trabalho não perigoso	Trabalho perigoso	Piores formas de trabalho infantil

(Adaptado da OIT, 2004, p. 17)

Figura 1. Definição da OIT sobre trabalho infantil

(Adaptado da OIT, 2004, p. 17)

As caixas sombreadas representam práticas definidas como trabalho infantil.

Atualmente 152 milhões de crianças estão envolvidas nalguma forma de trabalho infantil. Há uma em cada dez crianças em todo o mundo. Em décadas passadas, o número de crianças em trabalho infantil diminuiu, contudo esta redução está a estagnar sobretudo entre crianças de 5 a 11 anos. Embora o trabalho infantil prevaleça no norte e no sul global, 9 em cada 10 crianças em trabalho infantil vivem na África, na Ásia e no Pacífico. A maioria das crianças em trabalho infantil trabalham na agricultura (OIT, 2017, pp. 19-24).

Os cientistas sociais estudam as crianças de três formas. Primeiro, os historiadores sociais traçam a mudança de significado desta prática. Mostram como o trabalho infantil foi em tempos aceite em todo o mundo. Apenas quando a industrialização alterou as relações sociais e quando os reformadores redefiniram o significado da infância é que as pessoas começaram a ver o trabalho infantil como um problema social (cf. Cunningham, 1992). Em segundo lugar, os economistas estudam as causas e as consequências do trabalho infantil. Consideram que é mais provável que a criança trabalhe dependendo (1) dos recursos da criança, como o rendimento do lar, o emprego dos pais, a educação dos pais, o nível de educação da comunidade; (2) a posição estrutural da criança, como o seu género, ordem de nascimento, trabalho da família mais próxima e da família alargada, lar rural ou urbano, disponibilidade das instalações educativas; e (3) o ambiente cultural da criança, as ideias partilhadas, intersubjetivas, acerca de género, infância e trabalho (cf. Webbink, Smits & Jong, 2015).

Estes pesquisadores também apontam para as consequências individuais e sociais do trabalho infantil, sendo o abandono escolar a mais frequente, uma maior probabilidade de má nutrição. É provável, ainda, que as famílias

delas permaneçam na pobreza. Na verdade, os economistas consideram que quando estas crianças trabalhadoras crescem e constituem as suas próprias famílias, é provável que também mandem os seus filhos trabalhar.

Mais ainda, a prática do trabalho infantil e as experiências das crianças trabalhadoras são diversas. Em terceiro lugar, a forma de os académicos estudarem esta prática é olhando para o trabalho infantil a partir da perspetiva das próprias crianças trabalhadoras. Os sociólogos da infância desenvolvem agora estudos que implicam entrevistas, etnografia e metodologias visuais com crianças trabalhadoras. Mostram que as crianças e as suas famílias não definem o trabalho infantil como a OIT, que a idade não é o limite mais relevante e que há uma preocupação com o dano e a agência. Na verdade, muitas crianças em todo o mundo dizem que foram elas que escolheram trabalhar.

Os sociólogos da infância consideram que as crianças trabalham por necessidade económica ou por laços sociais tensos. Elas trabalham para apoiar as suas famílias quando um pai/mãe está ausente, doente, ferido/a ou morto/a. Elas também trabalham porque querem ter independência dentro ou fora das suas famílias. Na revisão de literatura mais recente na área, Zelizer (2002) argumenta que as crianças e os adultos usam o trabalho como uma forma de manter, negociar ou desafiar os seus laços sociais. As crianças e as suas famílias definem a prática como “ajuda” ou “trabalho”, como “apropriada” ou “desapropriada”, dependendo do relacionamento entre as crianças e os adultos envolvidos.

Os sociólogos da infância consideram, ainda, que as crianças são mais ativas e resilientes do que sugeriam as anteriores pesquisas sobre trabalho infantil, encontrando espaço para a criatividade e a brincadeira durante a sua prática económica. De referir, ainda, que as crianças trabalhadoras do sul global – especialmente as crianças no comércio de rua – estão a juntar-se a movimentos sociais que reivindicam uma redefinição de trabalho infantil. A terceira vaga de pesquisas não nega as consequências negativas associadas ao trabalho infantil, contudo ela pede-nos que consideremos o porquê das crianças trabalhadoras defenderem a sua prática, apesar das suas consequências negativas.

A pesquisa sobre o trabalho infantil é rica e ainda inacabada. Precisamos de mais estudos comparativos que examinem as consequências dos diferentes tipos de trabalho infantil. Também precisamos considerar as perspetivas das crianças nas piores formas de trabalho infantil. E os investigadores

devem investigar a organização política das crianças trabalhadoras. Devemos explorar até que ponto estes movimentos representam mais amplamente os pontos de vista das crianças trabalhadoras. A expressão trabalho infantil é muito vasta e tem múltiplos significados. A pesquisa futura deve examinar de onde vêm estes significados e como é que eles evoluem.

Child Labor

The term child labor covers a wide range of economic activity done by children. It includes work on small farms and work in large plantations, selling in public marketplaces and cleaning private houses, peddling on the streets and toiling inside factories, helping in family businesses and working deep in mines. Given this array, the International Labor Organization (ILO) has tried to create a standard definition of child labor. Not all forms of employment fall under this category, only work that harms children's health, safety, development, and morals (ILO, 2017, pp. 20-21).

The ILO defines child labor in opposition to light work. As Figure 1 shows, this legal and moral distinction depends on the age of the child and the type of work involved. For the ILO, child labor is work done by children under the age of 14 – or 15 in “developed” nations. It is also any type of work that is dangerous, like work at night, for long hours, involving heavy loads or dangerous machinery, or work underground, underwater, in confined spaces or at dangerous heights. The ILO further specifies and prohibits the “worst forms of child labor,” which include slavery, bonded labor, armed conflicts, prostitution, pornography, and drug trafficking. The ILO has codified this definition in its Conventions No. 138 and 182.

Children's age	18			Shaded	Shaded
	14		Shaded	Shaded	Shaded
	12	Shaded	Shaded	Shaded	Shaded
		Light work	Non-hazardous work	Hazardous work	Unconditional worst forms of child labor

(Adapted from ILO, 2004, p. 17)

Shaded boxes represent practices defined as child labor

Figure 1. ILO's definition of child labor
(Adapted from ILO, 2004, p. 17)
Shaded boxes represent practices defined as child labor

Today, 152 million children are involved in some form of child labor. That is one in ten children worldwide. In the past decades, the number of children in child labor has gone down. This reduction, however, is stalling, especially among children ages 5 to 11. Although child labor is prevalent in the global North and global South, nine in ten children in child labor live in Africa, Asia, and the Pacific. Most children in child labor work in agriculture (ILO, 2017, pp. 19-24).

Social scientists study child labor in three ways. First, cultural historians trace the changing meaning of this practice. They show how child labor was once widely accepted worldwide. It was only when industrialization altered social relations and when reformers redefined the meaning of childhood that people began to see child labor as a social problem (for instance Cunningham, 1992).

Second, economists study the causes and consequences of child labor. They find that a child is more likely to work depending on (1) the child's resources, like household income, parents' employment, parents' education, the educational level of the community; (2) the child's structural position, like her gender, birth order, size of immediate and extended family, rural or urban home, the availability of educational facilities; and (3) the child's cultural environment, the shared, inter-subjective ideas about gender, childhood, and work (for a useful review, see Webbink, Smits & Jong, 2015).

These researchers also point to the individual and social consequences of child labor. Children in child labor are more likely to drop out of school, they

are more likely to be malnourished and their families are likely to remain in poverty. In fact, economists find that when child laborers grow up and have families of their own, former working children are likely to send their children to work as well.

Still, the practice of child labor is complicated and working children's experiences are varied. The third way in which scholars study this practice is by looking at child labor from the perspective of working children themselves. Sociologists of childhood now conduct interview studies, ethnographies, and photo-elicitation projects with working children.

They show that children and their families do not define child labor like the ILO. Age is not the most relevant boundary. Rather they are concerned with harm and with agency. In fact, many children around the world claim that they choose to work.

Sociologists of childhood find that children work because of economic need or strained social ties. They work to support their families when a parent is absent, sick, injured, or dead. They also work because they want to gain independence inside or outside their families. In her review of recent studies, Zelizer (2002) argues that children and adults use work as a way to maintain, negotiate, or challenge their social ties. Children and their families define a practice as "help" or "work," as "appropriate" or "inappropriate," depending on the relationship between the children and adults involved.

Sociologists of childhood also find that children are more active and resilient than previous child labor research suggested. Children find spaces for creativity and play amid their economic practices. Also, working children throughout the global South – especially children in street trades – are joining social movements that call for a redefinition of child labor. This third wave of research does not deny the negative consequences associated with child labor. It does, however, ask us to consider why despite these negative consequences, working children defend their practice.

Research on child labor is rich yet unfinished. We need more comparative studies that examine the consequences of different types of child employment. We also need to consider the perspectives of children in the worst forms of child labor. Scholars should also investigate the political organization of working children. We should explore whether these movements represent the views of working children more broadly. Child labor is a broad

term with multiple meanings. Future research should examine where these meanings come from and how they evolve.

Referências / References

Cunningham, H. (1991). *The children of the poor: Representations of childhood since the seventeenth century*. Oxford: Blackwell Publishers.

International Labour Organization (2017). *Global estimates of child labour: Results and trends, 2012-2016*. Geneva: International Labour Office.

Webbink, E., Smits, J. & Jong, E. D. (2015). Household and context determinants of child labor in 221 districts of 18 developing countries. *Social Indicators Research*, 110, 819-836.

Zelizer, V. (2002). Kids and commerce. *Childhood*, 9(4), 375-396.